

**NATURALISMO E EXISTENCIALISMO NA TEORIA MORAL DE
RICHARD HARE**
*NATURALISM AND EXISTENTIALISM IN RICHARD HARE'S
MORAL THEORY*

MARCO ANTÔNIO OLIVEIRA DE AZEVEDO
(Centro Universitário Metodista - IPA / Brasil)

Resumo

Em um artigo de 1966, Amartya Sen procurou mostrar que mesmo Richard Hare, um devoto explícito do antinaturalismo em ética, ainda que inadvertidamente, incorreu num tipo de naturalismo que Sen intitulou de existencial. Neste breve artigo, traço um resumo dessa crítica à teoria de Hare, em especial, da chamada “Lei de Hume”, a qual Sen preferiu apropriadamente intitular “Regra de Hare”. Pretendo mostrar como esse tipo peculiar de “existencialismo” nos conduz, ainda que sob o possível protesto de Hare e seus seguidores, a conclusões subjetivistas e relativistas sobre a moralidade.

Palavras-chave: Richard Hare, superveniência, descritivismo, prescritivismo, prescritivismo universal, prescritivismo existencial.

Abstract

In a paper of 1966, Amartya Sen tried to show that even Richard Hare, an explicit devotee of antinaturalism in ethics, even inadvertently, incurred in a kind of naturalism that Sen has entitled existential. In this paper, I did an outline of that criticism of Hare's theory, especially the so-called “Hume's law”, what Sen's preferred to name “Hare's law”. I want to show how this peculiar kind of “existentialism” leads us up to subjectivist and relativist conclusions about morality, notwithstanding Hare's and his many followers' possible protests.

Key-words: Richard Hare, supervenience, descriptivism, prescriptivism, universal prescriptivism, existential prescriptivism.

A descontinuidade ou o hiato lógico e semântico entre descrever e aprovar é um dos pilares centrais da teoria de Richard Hare.¹ Qualquer proximidade semântica entre esses dois tipos de atos lingüísticos seria uma arma nas mãos do “naturalista”, o arquiinimigo de Hare. No entanto, uma das características, e talvez a mais essencial, das palavras morais para o próprio Hare é sua *superveniência*. “Bom’ é um epíteto superveniente’ quer dizer: há um tipo de relação entre aprovações e descrições que nos impede de empregar palavras morais com independência dos fatos.² Com efeito, qualquer um que prescreva ou avalie algo se encontra logicamente comprometido a fazer a mesma prescrição ou a mesma avaliação em circunstâncias equivalentes. Mas isso é o mesmo que dizer que há certa dependência lógica e, plausivelmente, semântica entre descrições e avaliações! Ora, não era exatamente isso o que pretendia o naturalista?

Tome-se o seguinte exemplo. Se da premissa:

(2) ‘Este carro é confortável’,

alguém obtiver a conclusão:

(3) ‘Este carro é bom’,

pouco importa essa inferência ter sido obtida mediante o acréscimo da premissa geral ‘Todo carro confortável é um bom carro’, ou de qualquer outra proposição similar, pois o fato é que, se vier a afirmar igualmente:

(6) ‘Aquele carro é tão confortável como este’,

então, dada a *superveniência* da palavra ‘bom’, forçosamente terá de concluir:

(7) ‘Aquele carro (também) é bom’.

Nas palavras de Hare:

Não posso dizer ‘Este é um bom carro, mas aquele próximo a ele, embora exatamente igual em todos os outros aspectos, não é bom’. Pela mesma razão, não podemos dizer ‘Se puder, sempre escolha um carro igual a este, mas não escolha um carro igual àquele próximo exatamente igual a ele’. Essa proposição é *autocontraditória*, pois recomenda escolher sempre um carro igual a este e não escolher um automóvel igual a este.³

Isto é, o argumento que das premissas:

(3) ‘Este carro é bom’, e

(6’) ‘Aquele carro é exatamente igual a este’,

apresentar a conclusão:

(8) ‘Aquele carro não é bom’,

é um argumento inválido.

Com efeito, não é possível a conjunção entre (3), (6’) e (8). O que equivale a afirmar:

(S) Não é possível: ‘ Vx, C e $não-Vy$ ’,

onde: C – ‘X é exatamente igual a Y em todos os seus aspectos descritíveis relevantes’⁴; e Vx e Vy são proposições, respectivamente, tais como: ‘X é bom’ e ‘Y é bom’.

Essa forma de apresentação do conceito de superveniência de avaliações a descrições aparentemente não desqualifica a conhecida “regra lógica” que Hare tributou a Hume, a saber, a regra que nos impediria de derivar uma conclusão moral apenas e tão somente de descrições ou afirmações sobre fatos, já que sendo ‘ Vx ’ e ‘ C ’ as premissas e ‘ $não-Vy$ ’ a conclusão, há pelo menos uma premissa não-descritiva dentre as premissas do argumento.

Porém, considere-se agora a seguinte proposição avaliativa:

V – ‘Y tem o mesmo valor que X’.

É fácil concluir também, dada a mesma regra:

Não é possível: ‘ $\forall x, C$ e não- V ’.

Ou, voltando a falar de carros, segue-se do conceito de superveniência das palavras morais que não é possível afirmar que:

‘Este carro é bom, mas é falso que aquele carro, *que é exatamente igual a este em todas as características relevantes*, não é tão bom como este.’

Amartya Sen, em um artigo de 1966, partiu exatamente desse ponto para mostrar que se juízos morais são universalizáveis (uma das teses notoriamente centrais à teoria de Hare), então há ‘pelo menos um juízo de valor que se segue, exclusivamente, de premissas fatuais’.⁵ Para prová-lo, basta mostrar que tudo que importa à tese da superveniência de avaliações a descrições é o princípio:

‘Se X é exatamente igual a Y em todos os seus aspectos descritíveis relevantes, então Y não pode ter outro valor senão o mesmo valor de X .’

Não é difícil mostrar como se pode chegar a essa última proposição por simples eliminação da proposição $\forall x$. Por exemplo, seguindo-se a tese da superveniência, seria racional dizer ‘Este é um carro de qualidade mediana, mas aquele ao lado, embora exatamente igual a este em todos os outros aspectos, não é tão bom como este’? De acordo com a tese de Hare, isso não seria racional, pois dois objetos não podem diferir unicamente em seu valor não obstante serem *exatamente* iguais (em termos descritivos). Parece evidente, porém, que, nesse caso e em outros, pouco importa que valor ou tipo de valor conferimos ao primeiro objeto, pois a afirmação de que ‘Aquele objeto, embora exatamente igual a este em todos os outros aspectos, não é tão bom como este’ continuará expressando um pensamento inválido. Em termos lógicos, é apenas isso o que importa.

Ora, negar ‘ C e não- V ’ equivale logicamente a afirmar ‘Se C , então V ’. Mas isso contraria flagrantemente a (suposta) “Lei de Hume”! E se o que foi dito acima serve efetivamente para demonstrar que ‘ C acarreta V ’, então temos aqui uma prova cabal de que a alegada lei é falsa: há pelo menos um juízo de valor que pode ser derivado dedutivamente de uma premissa puramente fatural.

Vários críticos de Hare consideraram que, se a tese da superveniência dos termos de valor a propriedades naturais é verdadeira, então há ao menos um tipo de continuidade lógica entre descrições e avaliações. Philippa Foot, por exemplo, sustentou que se houver efetivamente esse tipo de relação entre fatos e valores, então isso significa ou que premissas fatuais podem acarretar avaliações, ou que podem contar como evidências destas.⁶

Uma das respostas possíveis de Hare a essa crítica é que a redução de valores a descrições

nos impossibilitaria empregar proposições com a finalidade primária de aprovar ou censurar. Hare certamente concederia que proposições como Vx e Vy são exemplos que podem ser empregados primariamente com essa finalidade. Por outro lado, V não seria um exemplo de uma proposição com a intenção primária de avaliar. V apenas asseriria, fossem quais fossem os valores possíveis de X ou de Y , que esses valores não poderiam ser diferentes caso X e Y tivessem absolutamente as mesmas características descritivas. V seria apenas uma expressão da tese de que avaliações são supervenientes a descrições, tese que, em si, não expressaria nenhum sentido avaliativo primário.

Hare também poderia objetar dizendo que de seu conceito de superveniência se expressa tão somente que não podemos dizer, ao afirmarmos C , ‘não- V ’, mas não que somos levados, com isso, a afirmar V . Sen ressaltou, porém, que foi o próprio Hare quem admitiu em *FR* que ‘Se digo de uma coisa X que é boa, estou comprometido a dizer de qualquer outra coisa X que é igualmente boa’.⁷ É claro que, nesse contexto, Hare pretendia mostrar que se tratava de um argumento que partia de, ou ao menos pressupunha, uma premissa geral de valor, a saber: ‘Se X é bom, então toda coisa igual a X é igualmente boa’. Ora, diz Sen, se concordo que A é igual a B como um X , então estou logicamente comprometido a afirmar que A é um X tão bom como é B .⁸

Porém, o máximo que se conclui da afirmação de que ‘ A é igual a B enquanto um X ’ é que ‘ A tem o mesmo valor que B ’ ou que ‘ A não pode ter um valor diferente de B ’. Hare poderia simplesmente marcar que há uma diferença de sentido entre: ‘ A é um X tão bom como é B ’ e ‘ A tem o mesmo valor que B ’. No primeiro caso, a expressão ‘tão bom’ indicaria que a proposição foi empregada com sentido avaliativo, o que não ocorreria no segundo.

Ora, se termos de valor possuem uma função *especial* que não pode ser reduzida à função de descrever, então Hare teria razão em sua crítica. Seu argumento consistiria em dizer que proposições como V não têm qualquer sentido avaliativo primário, e qualquer um que possa mostrar como certa proposição de valor pode ser dedutivamente obtida de uma mera descrição estaria tomando equivocadamente uma proposição descritiva (ou uma mera proposição ou definição analítica) como um juízo de valor. Estaria apenas asserindo algo, e não propriamente avaliando.

Mas o que autorizaria essa distinção? Não seria ela uma distinção simplesmente arbitrária? Veja-se, a propósito, a seguinte crítica de Philippa Foot:

Foi dito [pelos filósofos morais que seguiram a crítica de Moore à falácia naturalista] que palavras com força emotiva ou recomendatória como ‘bom’ não podem ser definidas com o uso de palavras cujo sentido é meramente ‘descritivo’. Essa descoberta tendeu a parecer maior do que de fato era, pois pareceu uma descoberta de que essas duas categorias nunca coincidem, enquanto que, realmente, o fatural ou descritivo é que foi definido por exclusão do reino dos valores.⁹

Se Foot tem razão (tal como penso), então a distinção metaética dualista entre valores e fatos

é uma distinção arbitrária. Note-se também que mesmo que seja inteligível e correto falar (como Hare) em um sentido *primário* e em um sentido *secundário*, disso não decorre qualquer separação entre um “reino dos fatos” e um “reino das decisões”, sendo que deste, e apenas deste, derivaríamos valores. Afinal, concordando com Philippa Foot:

No sentido ordinário de ‘descritivo’, a palavra ‘bom’ é uma palavra descritiva, e, no sentido ordinário de ‘fato’, dizemos que é um fato sobre alguém que seja uma boa pessoa, sendo [apenas] assim que essas palavras devem ser usadas com um sentido especial em filosofia moral.¹⁰

Sen propôs que classificarmos a teoria de Hare como ‘naturalista existencial’. A designação é certamente discutível (tendo em vista principalmente que ela seria recusada pelo próprio Hare e muito provavelmente pela maioria de seus admiradores); mas a caracterização faz certamente sentido se seguirmos a análise de Sen. A expressão pretende ser fiel à conclusão de Sen de que, *segundo a própria teoria de Hare*, é possível obter dedutivamente ao menos *uma* proposição de valor apenas de uma premissa descritiva, e de nenhuma além dessa. O oponente de Hare, com efeito, seria o ‘naturalista universal’.

Para esclarecer isso, suponhamos os seguintes conjuntos:

S – Conjunto de entidades (objetos, pessoas ou ações);

D – Conjunto que reúne todas as combinações possíveis de descrições dessas entidades;

V – Conjunto dos mais diferentes escores de avaliação possíveis.

Segundo Sen, um naturalista universal diria que, em virtude do significado das palavras, há uma *única* transformação de D em V. Alguém que não concordar que certo subconjunto de descrições d_i de D correlaciona-se a certo valor v_j de V estaria revelando certa deficiência cognitiva.

Um “naturalista existencial”, como Hare, diria, porém, que pode haver transformações *diferentes* de D a V para *cada* pessoa. Mas enquanto cada um de nós pode realizar uma transformação diferente de D a V, a relação entre o conjunto D e o conjunto V deve ser, *para cada um de nós*, *uma* transformação, isto é, para cada elemento em D há (para cada um de nós) *um e somente um* elemento em V (ainda que para cada elemento em V possa haver mais de um elemento em D). Isso implica que, se considerarmos dois objetos em S, se eles correspondem ao mesmo elemento em D (isto é, se têm as mesmas características descritíveis), então eles têm de corresponder a um mesmo elemento em V (isto é, devem ter uma avaliação igual). O que torna a posição de Hare uma posição *existencialista* é que não há nada (“fora” de cada um de nós, se quisermos) que exija a cada um de nós realizar a *mesma* transformação.

Ora, se não há nada “fora de nós” que exija, a cada um de nós, uma mesma transformação de D a V, então toda moralidade depende e se reduz a apenas e tão somente às decisões voluntárias,

todavia, igualmente arbitrárias, tomadas pelos agentes de forma primitiva; aspectos radicalmente subjetivos ou pessoais orientariam nossas escolhas. Os agentes podem, de todo modo, seguir duas vias: uma via coerente, em respeito (acidental) à regra da superveniência, e outra, incoerente. Porém, que sigamos uma mesma moral passa a ser algo completamente sem explicação, a não ser que tomemos como explicação satisfatória a tese de que a moralidade comum resulta de uma coincidência absolutamente casual e arbitrária entre nossas vontades. Não é à toa, portanto, que muitos leitores e estudiosos insistam (corretamente, assim penso) em afirmar que a teoria de Hare, em que pese seus conhecidos protestos, seja “decisionista”, autorizando seus seguidores, por coerência, a prosseguir na defesa, enfim, de teses subjetivistas e relativistas sobre a moral. As tentativas de Hare em aproximar suas visões das de Kant e de outros universalistas não passariam, portanto, de estratégias equívocas. Podemos evitar classificar sua teoria de “naturalista” (a fim de evitar confusões com teorias descritivistas), mas intitular a teoria de Hare de “prescritivismo universal” seria igualmente um equívoco. Concordando com Sen, e em que pese os possíveis protestos dos admiradores e seguidores de Hare, melhor seria intitulá-la de “prescritivismo existencial”.

Referências

FOOT, Ph. Moral arguments, *Mind*, 67, 1958.

HARE, R. M. *Freedom and reason*, Nova York: Oxford UP, 1963.

_____. *Moral thinking*. Oxford: Clarendon Press, 1981.

_____. *Sorting out ethics*. Oxford: Clarendon Press, 1997.

_____. *The language of morals*, Oxford UP, 1952 (tradução: *A linguagem da moral*, São Paulo: Martins Fontes, 1996).

KIM, J. *Supervenience and the mind*. Cambridge/New York/Melbourne: Cambridge University Press, 1993.

SEN, A. K. Hume's law and Hare's rule, *Philosophy*, 1966: 75-8.

THOMSON, J. J. *The realm of rights*. Harvard University Press, 1990.

Notas

¹ HARE, R. M. *The language of morals*, Oxford UP, 1952, doravante *LM* (traduzido para a língua portuguesa como *A linguagem da moral*, São Paulo: Martins Fontes, 1996). Também de Hare: *Freedom and reason*, Nova York: Oxford UP, 1963, doravante *FR*. Mais recentemente, temos também: *Moral thinking* (Oxford: Clarendon Press, 1981), e *Sorting out ethics* (Oxford: Clarendon Press, 1997), entre outras obras e artigos menores.

² Jaegwon Kim diz que o conceito de superveniência (ou ao menos sua primeira e algo vaga noção) parece ter sido empregado pela primeira vez por Moore (*Philosophical studies*, 1922, p. 261), no contexto de sua defesa de uma concepção não descritivista sobre juízos morais: 'se alguma coisa possui algum valor intrínseco em certa grau, então não somente esta coisa o possui, sob quaisquer circunstâncias, no mesmo grau, mas qualquer outra coisa *exatamente igual a ela*, deve, sob todas as circunstâncias, possuí-lo no exato e mesmo grau'. Jaegwon Kim lembra-nos, porém, que Moore não empregou, todavia, o termo 'superveniência' para indicar esta noção. Foi Hare quem parece tê-lo empregado pela primeira vez (em *LM*, p. 145): 'Tomemos, primeiramente, esta característica de 'bom' que tem sido chamada de sua superveniência. Suponhamos que, digamos, 'São Francisco era um homem bom'. É logicamente impossível dizer isso e manter, ao mesmo tempo, que poderia haver outro homem, nas mesmas circunstâncias em que colocamos São Francisco, e que comportou-se exatamente do mesmo modo, porém que diferia de São Francisco apenas neste respeito, de que não era um homem bom'. A propósito, veja-se: KIM, J. Concepts of supervenience. In: KIM, J. Supervenience and the mind. Cambridge/New York/Melbourne: Cambridge University Press, 1993, p. 54-5.

³ HARE. *LM*, p. 125 (o grifo é meu).

⁴ Penso que é desnecessário explicar por que nem todos os aspectos podem ser relevantes a uma avaliação.

⁵ SEN, A. K. Hume's law and Hare's rule, *Philosophy*, 1966: 75-8.

⁶ FOOT, P. Moral arguments, *Mind*, 67, 1958: 505. Atualmente, já há uma variedade de filósofos que defendem a possibilidade de se derivar conclusões morais de fatos. Um exemplo é Judith Jarvis Thomson. Para uma defesa explícita da versão mais recente da visão de Thomson, veja-se sua *Introduction and metaethical remarks* ao livro *The realm of rights* (Harvard Press, 1990).

⁷ HARE. *FR*, p. 15.

⁸ SEN, A. K. Hume's law and Hare's rule, p. 76.

⁹ FOOT, P. Moral arguments, p. 505-6.

¹⁰ FOOT, P. Idem, p. 506.